

PLANO MUNICIPAL DA JUVENTUDE



2024

Secretaria da
Cidadania



Prefeitura de
SOROCABA

RODRIGO MAGANHATO

Prefeito

FERNANDO MARTINS DA COSTA NETO

Vice-prefeito

ANA CLÁUDIA MARTINI FAUAZ

Secretária Municipal da Cidadania

ANA LÚCIA DE PAULA BATISTA

Coordenadora de Políticas para Crianças e Adolescentes

PEDRO BUENO JUNIOR

Presidente do Conselho Municipal do Jovem

MARIBIA TALIANE DE OLIVEIRA

Vice-presidente do Conselho Municipal do Jovem



EQUIPE TÉCNICA:

Ana Lúcia de Paula Batista (Secretaria da Cidadania)

Camila Rocha Pereira (Secretaria da Cidadania)

Elaine Regina Emílio Barros (Secretaria da Cidadania)

Felipe Pinheiro (Secretaria de Cultura)

Maribia Taliane de Oliveira (Conselho Municipal do Jovem - COMJOV)

Nelson José Barnabé Júnior (Secretaria da Cidadania)

Pedro Bueno Júnior (Conselho Municipal do Jovem - COMJOV)

Rita de Cassia Lima de Souza (Secretaria da Cidadania)

Rodrigo César Oliveira (Secretaria de Relações do Trabalho e Qualificação Profissional)

Vivian Machado (Secretaria da Cidadania)

Viviane Anesia Bueno Taveira (Secretaria da Cidadania)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
EIXO 1 – DIREITO À CIDADANIA, À PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA E À REPRESENTAÇÃO JUVENIL.....	9
EIXO 2 – DIREITO À EDUCAÇÃO.....	13
EIXO 3 – DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO, AO TRABALHO E À RENDA.....	17
EIXO 4 – DIREITO À DIVERSIDADE E À IGUALDADE.....	22
EIXO 5 – DIREITO À SAÚDE.....	27
EIXO 6 – DIREITO À CULTURA.....	31
EIXO 7 – DIREITO À COMUNICAÇÃO E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO.....	35
EIXO 8 – DIREITO AO DESPORTO E AO LAZER.....	38
EIXO 9 – DIREITO AO TERRITÓRIO E À MOBILIDADE.....	42
EIXO 10 – DIREITO À SUSTENTABILIDADE E AO MEIO AMBIENTE.....	45
EIXO 11– DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA E AO ACESSO À JUSTIÇA.....	49
MONITORAMENTO DO PLANO.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53

INTRODUÇÃO

O Plano Municipal da Juventude (PMJ) de Sorocaba é um importante documento para os jovens do nosso município, pois a partir dele fica estabelecido o compromisso no desenvolvimento de novas ações e na consolidação de práticas que buscam garantir direitos e oferecer oportunidades aos jovens.

Entendendo que a juventude requer um urgente investimento econômico, educacional, cultural, político e social, que considere a sua realidade como coletivo e, principalmente, a sua diversidade, espera-se que o Plano Municipal colabore para que os jovens de Sorocaba sejam reconhecidos e respeitados em sua integralidade e em suas várias formas de ser e estar no mundo, como parte fundamental do processo de emancipação juvenil.

Afinal, a quem chamamos de jovem?

Todos os dados, informações e propostas que serão apresentadas ao longo do plano, estão pautados no principal marco legal sobre o tema: o Estatuto da Juventude. O Estatuto foi aprovado pela Lei nº 12.852/2013, fruto de quase dez anos de lutas e discussões do movimento juvenil, e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Com base nele, considera-se jovem a pessoa com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

Chegamos na elaboração desse Plano a partir da mobilização e articulação de muitos atores, em especial das juventudes organizadas do passado e do presente, que ocuparam e ocupam os mais diversos espaços de participação política em nosso município e lutaram para criação de outros espaços de participação e representação juvenil formais. Essa luta fez com que em 2022 fosse sancionada a Lei Municipal nº 12.490, que cria o Conselho Municipal do Jovem (COMJOV).

O COMJOV é um órgão de caráter deliberativo, permanente e paritário, com a finalidade de, em conjunto com a sociedade, garantir a implementação, execução e acompanhamento das políticas públicas para a juventude do município. Através desse espaço, foi possível a execução da 5ª Conferência Municipal de Juventude, no ano de 2023, após oito anos sem realizá-la.

Durante a 5ª Conferência Municipal, foi elaborada uma série de propostas e ações que serviram como base para a construção desse documento. Além disso, os dados do Censo Demográfico (IBGE), do Cadastro Único e do Sistema de Acompanhamento das Famílias e Indivíduos (SAFI) também foram utilizados para consolidação das discussões e propostas que serão apresentadas a seguir.

O Plano divide-se em 11 eixos de direitos estabelecidos no Estatuto da Juventude, conforme exposto abaixo:

Eixo 1 – Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil

Eixo 2 – Direito à Educação

Eixo 3 – Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda

Eixo 4 – Direito à Diversidade e à Igualdade

Eixo 5 – Direito à Saúde

Eixo 6 – Direito à Cultura

Eixo 7 – Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão

Eixo 8 – Direito ao Desporto e ao Lazer

Eixo 9 – Direito ao Território e à Mobilidade

Eixo 10 – Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente

Eixo 11 – Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça

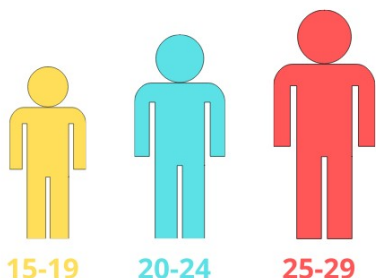
Tendo em vista a realidade contingencial do Poder Público, em especial pelos aspectos externos que alteram toda a dinâmica municipal, este Plano Municipal deverá ser revisto a cada ano, sempre antes do mês de setembro - para que coincida com diversas outras aprovações do município (Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual) e se façam as correções ou ajustes necessários para os próximos períodos.

Dados da Juventude de Sorocaba

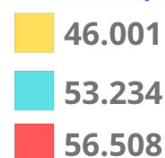
Fonte: IBGE (2022)

População de Sorocaba: 723.682

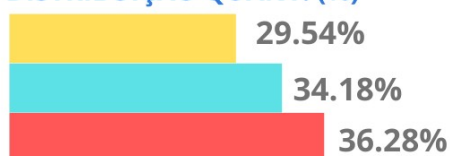
População Jovem: 155.743 (21.52%)



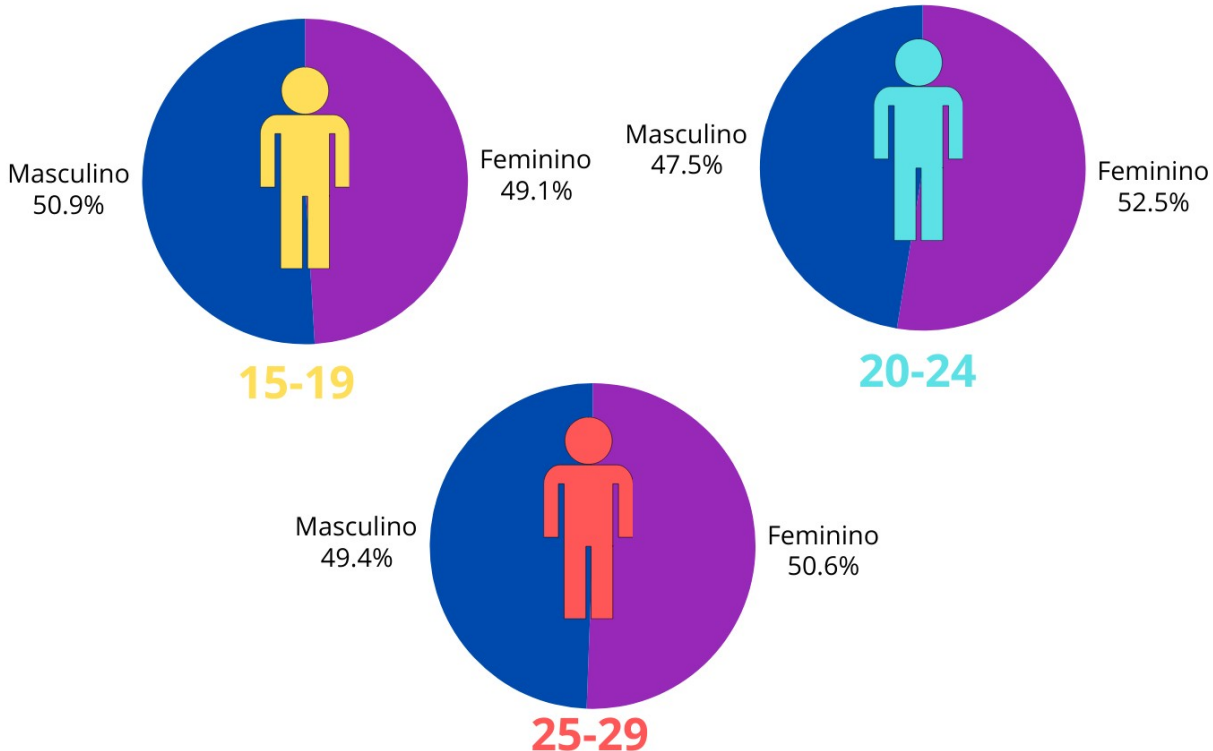
DISTRIBUIÇÃO QUANT.
(número de pessoas)



DISTRIBUIÇÃO QUANT. (%)



SEXO (%)

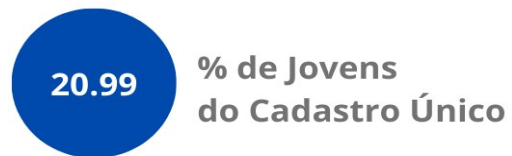


Cadastro Único de Sorocaba

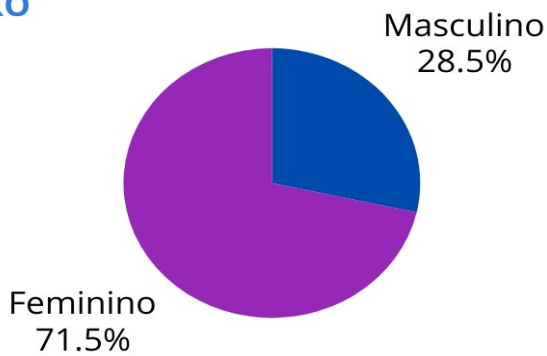
Fonte: Governo Federal (abril de 2024)

Total de Famílias: 78.218

Total de Pessoas: 183.496



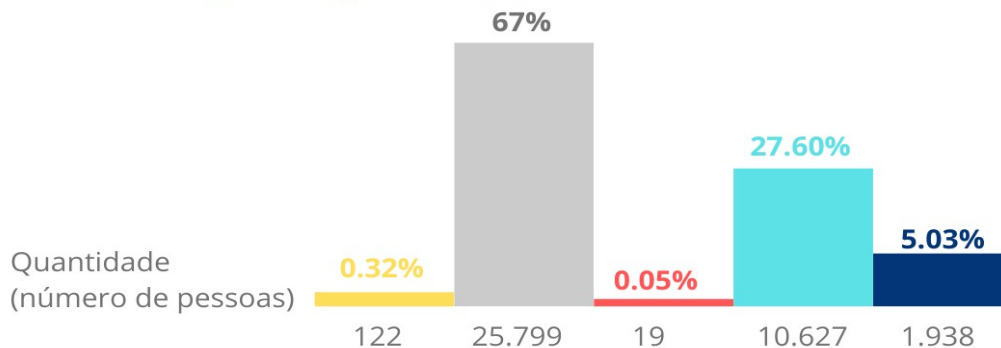
SEXO



ETNIA



DISTRIBUIÇÃO RAÇA/COR. (%)



EIXO 1 – DIREITO À CIDADANIA, À PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA E À REPRESENTAÇÃO JUVENIL

O direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil constitui um elemento central para o desenvolvimento de políticas públicas que realmente atendam às necessidades da juventude sorocabana. Todavia, ao examinar os espaços de participação juvenil, como o Conselho Municipal do Jovem e a Conferência Municipal da Juventude, observa-se que esses direitos não são plenamente exercidos, pois não há adesão de jovens nesses espaços, visto que menos de uma parcela muito ínfima da juventude do município está inserida nesses espaços. Esse fenômeno pode ser atribuído à desinformação, à falta de tempo para participar ou à descrença nas instituições políticas.

Segundo uma pesquisa do Observatório da Juventude Ibero-Americano divulgada em 2021, pesquisa sobre juventudes diversas no Brasil apontou que mais de 60% dos jovens não consideram as discussões políticas relevantes para suas rotinas. Além disso, 82% dos jovens não confiam nos partidos políticos, no Congresso Nacional, na Presidência da República e nos governos de modo geral. Essa desconfiança dificulta a participação ativa dos jovens em espaços como esses.

Diante desse cenário, torna-se imperativo criar mecanismos eficazes de participação juvenil. Mais do que isso, é essencial trabalhar para reconstruir a confiança dos jovens nas instituições governamentais que os representam, incentivando-os a engajarem-se ativamente nos debates e nas decisões que impactam suas vidas.

O relatório Atlas da Juventude (ATLAS DA JUVENTUDE, 2021) aponta que apesar de ser unanimidade que as juventudes deveriam ser mais participativas, elas se deparam com mais dificuldades do que oportunidades e espaços para a participação política. A pesquisa traz à tona como os jovens sentem-se poucos ouvidos e pouco valorizados como sujeitos políticos.

O desconhecimento sobre caminhos concretos de ação para atuarem na política, seja através de cargos políticos (candidatura) ou de movimentos sociais, é a principal dificuldade colocada. Além disso, soma-se a percepção dos jovens de que a falta de formação política

(funcionamento do Estado e papel de cada poder) se torna uma barreira de acesso e que esse espaço de atuação é permeado pela corrupção, logo, não vale a pena ocupá-lo (ATLAS DA JUVENTUDE, 2021).

Um caminho possível para modificar essa realidade passa pelo uso de estratégias de educação para a cidadania, que visam abordar temas como a esfera política, sua organização, a função de cada representante (vereadores, prefeitos, deputados, senadores, entre outros), associada à promoção de espaços de diálogo com os jovens, campanhas sistemáticas de incentivo ao primeiro voto e à emissão do título eleitoral e ampla divulgação dos espaços de participação política institucional (Conselhos, Fóruns, Conferências).

A participação cidadã se dá por meio do protagonismo juvenil na tomada de decisões importantes e no desenvolvimento de políticas públicas, mas a ausência de pertencimento e a descrença em relação à importância da participação social e política, afasta as juventudes dessa vivência e traz uma provocação à sociedade sobre os desafios do presente diante dos caminhos para o futuro.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é a política pública brasileira responsável por organizar a oferta de serviços socioassistenciais, visando garantir proteção social, combater a pobreza e promover a cidadania. Para a juventude, o SUAS apresenta uma estrutura que se desdobra em dois principais eixos: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), além de uma série de diretrizes que orientam sua atuação.

A Proteção Social Básica (PSB) é destinada a prevenir situações de risco, fortalecendo vínculos familiares e comunitários. Para os jovens, isso se traduz no acesso a atividades culturais, esportivas e educativas, que promovem a integração social e o desenvolvimento de habilidades. Programas, como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), desempenham um papel crucial ao oferecer um espaço seguro e estimulante, onde os jovens podem desenvolver competências sociais, emocionais e cognitivas, afastando-se de situações de vulnerabilidade.

A Proteção Social Especial (PSE), por sua vez, oferece suporte a jovens que enfrentam situações mais graves, como violência, abuso ou conflito com a lei. O atendimento especializado é realizado pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que oferecem acompanhamento psicossocial e jurídico. Esse suporte é essencial para garantir que os jovens em

situação de risco tenham a oportunidade de reconstruir suas vidas e exercer plenamente seus direitos.

Sendo assim, o SUAS, por meio de suas políticas e diretrizes, oferece uma abordagem globalizante para o atendimento da juventude. A combinação de prevenção e suporte especializado, junto com a garantia de direitos e participação ativa, cria um sistema robusto que promove o desenvolvimento pleno, a integração social e o exercício da cidadania dos jovens brasileiros. Essas políticas são essenciais para construir um futuro mais justo e igualitário, na qual os jovens têm as ferramentas necessárias para superar desafios e alcançar seu potencial máximo.

PROPOSTAS:

- Fortalecer os Conselhos de Participação Social, em especial o Conselho Municipal do Jovem, com objetivo de garantir espaços institucionais de protagonismo juvenil;
- Ampla divulgação e efetivação do Plano Municipal de Juventude e das reuniões e ações do Conselho Municipal do Jovem;
- Fomentar através de campanhas e ações o incentivo para que os jovens se organizem em grupos, grêmios estudantis e/ou movimentos sociais, e viabilizar a inclusão das demandas desses jovens na agenda pública, como sujeitos protagonistas na construção política;
- Realizar ações permanentes com as comunidades, por meio de fóruns microrregionais, com o objetivo de consolidar o direito de participação social, conforme estabelece o Estatuto da Juventude, considerando as especificidades na construção das Políticas Públicas de Juventude;
- Garantir a participação dos jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas (em meio aberto e fechado) nos espaços de discussão sobre políticas públicas, a fim de contemplar suas demandas e necessidades nas ações e políticas públicas municipais;
- Desenvolver campanhas voltadas ao incentivo da cidadania, visando à possibilidade de ajudar os jovens a entenderem melhor os seus direitos;
- Promover a Semana Municipal da Juventude, instituída no calendário oficial de Sorocaba pela Lei 9.766, de 24 de outubro de 2011, em articulação com o Conselho Municipal do Jovem;

- Garantir que os serviços ofertados pelos Cras e Creas sejam acessíveis e de alta qualidade para os jovens;
- Utilizar redes sociais, jornais locais e escolas para divulgar informações sobre o Conselho do Jovem, vagas em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sobre os serviços disponíveis nos Cras e Creas;
- Promover atividades nos Cras que levem em consideração o desenvolvimento integral dos jovens, prevenindo situações de risco social;
- Diversificar as atividades oferecidas pelos Cras, incluindo programas culturais, esportivos e educativos que abordem temas relevantes para a juventude local, como direitos humanos, cidadania e mercado de trabalho;
- Engajar a comunidade na importância de apoiar e participar das iniciativas voltadas para a juventude, utilizando do espaço dos Cras nos territórios, como espaço propulsor desta comunicação entre comunidade e juventude;
- Criar programas de voluntariado e firmar parcerias com empresas, organizações e instituições de ensino para apoiar as atividades dos Cras e Creas voltadas para a juventude.

EIXO 2 – DIREITO À EDUCAÇÃO

A educação no Brasil é um tema complexo, permeado por uma série de questões históricas, avanços e retrocessos, especialmente no que se refere aos direitos das juventudes. Para compreender essa dinâmica, é crucial analisar diferentes momentos históricos, bem como as políticas públicas e os referenciais teóricos que sustentam essa análise.

Desde a Proclamação da República em 1889, a educação no Brasil tem passado por diversas reformas e mudanças. A Constituição de 1934, por exemplo, introduziu a ideia de uma educação pública e gratuita, mas ainda de forma limitada. Durante o Estado Novo (1937-1945), houve um controle centralizado e uma tentativa de nacionalizar a educação, o que muitas vezes se traduziu em um ensino autoritário e excludente.

No período pós-1964, durante a ditadura militar, a educação sofreu novos retrocessos, com um foco maior no tecnicismo e menos na formação crítica. No entanto, a redemocratização do país na década de 1980 trouxe novas esperanças. A Constituição de 1988 garantiu o direito à educação como um dever do Estado, enfatizando a universalização do ensino fundamental e o combate à desigualdade educacional.

A educação, mas especificamente, a do Estado de São Paulo, tem mostrado avanços significativos ao longo das décadas. Para garantir os direitos das juventudes, é essencial que o Estado continue investindo na educação pública, valorizando os profissionais da educação e promovendo uma educação crítica e emancipadora.

A pandemia da Covid-19 trouxe mudanças profundas e desafiadoras para todos os setores da sociedade, e a educação não foi exceção. Para os jovens sorocabanos, que frequentam escolas regulares, a interrupção abrupta das aulas presenciais teve um impacto significativo em suas vidas acadêmicas e sociais.

Sorocaba tem estimados 155.743 jovens, entre 15 e 29 anos, (21,52%) do total da população no município (Fonte: Vigilância Socioassistencial/Secretaria da Cidadania). De acordo com o último Censo Escolar do Ministério da Educação, divulgado em 22 de fevereiro de 2024, o Ensino Médio se manteve com os piores índices de repetência e de abandono dos estudos.

A busca por estratégias eficazes para garantir o acesso equitativo à educação, promover a resiliência acadêmica e fortalecer o engajamento dos jovens se tornam fundamentais em um contexto pós-pandêmico, quando a recuperação e a reconstrução se tornam prioridades. Os jovens sorocabanos enfrentam diversos desafios relacionados à educação formal nos dias de hoje.

Podemos citar: desigualdade de acesso e a variação drástica da qualidade da educação, conforme a localização geográfica e o contexto socioeconômico. Jovens de áreas desfavorecidas frequentemente têm menos acesso a recursos educacionais, professores qualificados e infraestrutura adequada.

Falando em acesso a recursos educacionais, embora a tecnologia possa ser uma ferramenta educacional poderosa e transformadora, ela também pode ser uma fonte de distração. Redes sociais, jogos e outras formas de entretenimento digital podem interferir na concentração e no tempo de estudo.

Em se tratando de tecnologia, outro desafio é a adaptação a mudanças rápidas. O mundo está se transformando rapidamente, com novas tecnologias e mudanças no mercado de trabalho. A educação formal muitas vezes luta para acompanhar essas mudanças, deixando os jovens sem preparação adequada para futuros empregos que terão como base a tecnologia.

Outro desafio é o futuro deste jovem que está no ensino regular. Muitos deles sentem que o currículo escolar não é relevante para suas vidas e aspirações futuras. A falta de conexão entre o que é ensinado na escola e as habilidades necessárias para o mercado de trabalho moderno pode resultar em desmotivação.

Ao abordar estes desafios, precisamos olhar de maneira holística que envolva educadores, pais, formuladores de políticas e a comunidade em geral, visando criar um sistema educacional mais justo, inclusivo e relevante para todos os jovens. A ausência de incentivo e apoio dos pais ou responsáveis, o que acaba envolvendo a comunidade em conjunto, pode desmotivar os jovens a continuar os estudos. Famílias que não valorizam a educação podem não encorajar os filhos a permanecerem na escola.

Um fenômeno agravante pós-pandêmico é a Evasão Escolar, um problema complexo e multifacetado que exige uma abordagem integrada, envolvendo a melhoria das condições socioeconômicas, já que a pobreza e a necessidade de trabalhar para ajudar a sustentar a família são as ra-

zões mais comuns apontadas que levam à evasão escolar. Jovens de famílias vulneráveis muitas vezes priorizam o trabalho em detrimento da educação. Por isso a necessidade de criação de um ambiente escolar positivo e inclusivo, além do fornecimento de apoio adequado para alunos com dificuldades acadêmicas e pessoais.

Os avanços na educação pós-pandemia variam dependendo da região, das políticas adotadas e das iniciativas implementadas em comunidade. No entanto, é possível destacar algumas tendências e exemplos de avanços que têm sido observados. Muitas escolas e sistemas educacionais têm ampliado o uso de tecnologia na sala de aula, há uma crescente ênfase na promoção de habilidades e competências essenciais, como pensamento crítico, resolução de problemas, colaboração e comunicação, em vez de apenas focar na memorização de conteúdos. Além disso, muitos governos e organizações estão investindo na formação e capacitação de professores em métodos de ensino remotos e eficazes, tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras.

PROPOSTAS:

- Realização de pesquisas efetivas com toda a rede estudantil para o acompanhamento de demandas locais;
- Implementação de Programas de Recuperação Acadêmica do jovem defasado;
- Investimento em Formação de Professores;
- Elaboração de Projetos para a formação de educadores acerca de práticas pedagógicas inovadoras;
- Propor políticas públicas de expansão ao acesso à tecnologia e conectividade;
- Criar mecanismos de incentivo à participação dos jovens nas decisões educacionais;
- Desenvolvimento de Programas de Educação Socioemocional;
- Favorecimento da formação da equipe escolar para identificação dos alunos com transtornos e/ou problemas de saúde mental, com elaboração de protocolo para casos que necessitem de encaminhamentos;
- Criação de Bolsas de Estudo e Apoio Financeiro;

- Garantir o passe livre aos estudantes durante os fins de semana de aplicação do Enem;
- Mapear e divulgar amplamente os projetos e programas gratuitos de preparação para o vestibular, visando maximizar as chances de ingresso dos jovens nas universidades públicas.

EIXO 3 – DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO, AO TRABALHO E À RENDA

O Brasil enfrenta um desafio significativo com o elevado contingente de jovens desocupados. A taxa de desemprego entre jovens, especialmente aqueles entre 14 e 24 anos, é alarmante e reflete uma série de problemas estruturais e socioeconômicos. Esta situação não só compromete o desenvolvimento pessoal dos jovens, mas também impacta negativamente o crescimento econômico e social do país. O acesso ao emprego e à renda diminui a vulnerabilidade dos jovens à violência e à criminalidade, proporcionando alternativas viáveis e construtivas para seu desenvolvimento.

A qualificação profissional e a empregabilidade dos jovens de 14 a 29 anos são questões cruciais para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Esta faixa etária representa uma parte significativa da população brasileira e enfrenta desafios consideráveis ao ingressar no mercado de trabalho. A transição da educação para o emprego pode ser complexa, exigindo intervenções estratégicas e políticas públicas eficazes para garantir que os jovens estejam preparados para atender às demandas do mercado.

A proposta a partir dos indicadores é construir um futuro mais inclusivo, sustentável e promissor para a juventude sorocabana, potencializando a Qualificação Profissional, a Empregabilidade, o Empreendedorismo e a Geração de Renda para esses jovens, pois são questões cruciais para o desenvolvimento econômico e social de qualquer país.

Reconhecendo que a juventude representa uma fase crucial de transição e crescimento, o plano foi desenvolvido para atender às diversas necessidades dos jovens, como o desenvolvimento de competências, atribuindo programas de formação profissional que ajudam os jovens a desenvolverem competências técnicas e comportamentais essenciais para o mercado de trabalho.

Isso inclui habilidades em tecnologia, comunicação, resolução de problemas e trabalho em equipe, uma verdadeira preparação para o futuro, aplicando uma formação contínua que permite que os jovens acompanhem as mudanças e demandas do mercado de trabalho, adaptando-se às novas tecnologias e tendências.

Entre os 14 e 24 anos, os jovens estão em uma fase de transição importante, saindo da escola e entrando no mercado de trabalho. Por isso, é essencial proporcionar-lhes as habilidades e oportunidades necessárias para garantir uma carreira promissora e uma vida financeira estável.

Na área de qualificação profissional, que é o primeiro passo para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, buscamos garantir acesso a uma formação de qualidade, que não apenas prepara os jovens para o mercado de trabalho, mas também promove o desenvolvimento de habilidades críticas e sócio-emocionais.

Programas de capacitação e cursos técnicos e profissionalizantes são fundamentais para preparar os jovens para as demandas do mercado, oferecendo cursos que vão desde áreas industriais até serviços e tecnologia da informação, aplicando um aprendizado contínuo.

No campo do emprego, a empregabilidade está diretamente ligada à capacidade dos jovens de se inserirem e se manterem no mercado de trabalho. Isso envolve não apenas a qualificação técnica, mas também o desenvolvimento de competências comportamentais, como trabalho em equipe, liderança e comunicação. Programas de estágio e aprendizagem são fundamentais, pois permitem que os jovens adquiram experiência prática e se familiarizem com o ambiente corporativo. Políticas públicas que incentivem a contratação de jovens, como a Lei da Aprendizagem, são essenciais para aumentar a empregabilidade juvenil.

O plano estabelece parcerias com empresas locais para criar programas de estágio e aprendizagem, oferecendo aos jovens a oportunidade de ganhar experiência prática e ingressar no mercado de trabalho. Cursos de capacitação profissional são disponibilizados, assim como orientação vocacional, para ajudar os jovens a identificarem e perseguirem suas carreiras ideais.

O empreendedorismo é uma alternativa poderosa para a geração de empregos e inovação. Jovens empreendedores têm a capacidade de transformar ideias em negócios sustentáveis, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social. No Brasil, é importante potencializar iniciativas que oferecem suporte e capacitação para jovens que desejam iniciar seus próprios

negócios. Além disso, incubadoras e aceleradoras de startups ajudam a viabilizar projetos inovadores, proporcionando mentoria e acesso a investidores.

A geração de renda é o objetivo final de todas as iniciativas voltadas para a qualificação e empregabilidade dos jovens. Através do trabalho formal, do empreendedorismo ou de atividades autônomas, é possível assegurar uma fonte de renda estável e digna para os jovens. Projetos de economia solidária, cooperativas e microcrédito são alternativas que permitem a inclusão de jovens em atividades produtivas, mesmo em contextos de alta informalidade.

A participação cidadã é fundamental para o desenvolvimento integral dos jovens. O plano promove a educação para a cidadania e os direitos humanos, incentivando a participação ativa dos jovens em conselhos e fóruns municipais. Programas de voluntariado são incentivados, permitindo que os jovens contribuam para suas comunidades e desenvolvam um senso de responsabilidade social.

Por meio de estratégias integradas e colaborativas, o Plano da Juventude de Sorocaba busca não apenas responder às necessidades imediatas dos jovens, mas também prepará-los para enfrentar os desafios futuros. A participação ativa de todos os setores da sociedade é essencial para o sucesso deste plano, garantindo que cada jovem sorocabano tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial e contribuir para o desenvolvimento sustentável e inclusivo de Sorocaba.

Para que o Brasil possa aproveitar plenamente o potencial de sua juventude, é necessário um esforço coordenado entre governo, iniciativa privada e sociedade civil. A qualificação profissional deve ser acessível e de qualidade, a empregabilidade precisa ser incentivada com políticas públicas eficazes, o empreendedorismo deve ser promovido como uma opção viável e a geração de renda deve ser uma prioridade em todas as iniciativas. Somente assim será possível construir um futuro mais próspero e inclusivo para os jovens brasileiros.

PROPOSTA

- Investir em novas parcerias e convênios público-privados com instituições que desenvolvem ações de inserção da juventude no mercado de trabalho, em consonância com a Lei 10.097/2000, a Lei da Aprendizagem;
- Incluir no processo de escolha dos cursos profissionalizantes oferecidos nos bairros, a etapa que prevê a ação de diálogo com as juventudes das comunidades;
- Levantar e mapear, por região e comunidades de origem, as demandas mais acentuadas dos jovens, no sentido de aproveitar as oportunidades vocacionais da juventude e as necessidades diretas do mercado de trabalho;
- Apoiar os jovens que estão entrando no mercado de trabalho e enfrentam barreiras no acesso, como pela falta de experiência, falta de cursos preparatórios, desmotivação pessoal, incentivando a obtenção do primeiro emprego;
- Disponibilizar nos cursos profissionalizantes, oferecidos pelo poder público, condições de acesso e permanência, estruturas materiais (adaptado para pessoas com deficiências) para o ensino e aprendizado, além de garantir certificado com qualificação para o exercício pleno da profissão;
- Além dos cursos, ofertar estratégias de acesso, como transporte gratuito, para a descentralização das comunidades;
- Investir na educação técnica e profissionalizante desde o Ensino Médio, preparando os jovens desde cedo para as carreiras técnicas e profissionais que estão em alta demanda;
- Promover cada vez mais programas de Jovem Aprendiz e ajudar na redução de taxas de desemprego juvenil, proporcionando-lhes oportunidades concretas de ingresso no mercado de trabalho;
- Desenvolver políticas que abordem as desigualdades sociais, garantindo que todos os jovens, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham acesso a oportunidades iguais de educação e emprego, e que incentivem a contratação de jovens, com empresas que contratem recém-formados ou programas de apoio ao empreendedorismo juvenil;

- Potencializar a educação empreendedora para que os jovens possam criar suas próprias oportunidades de trabalho, iniciando pequenos negócios e gerando renda própria como uma alternativa viável ao emprego tradicional;
- Investir em desenvolvimento de competências com programas de formação profissional que ajudem os jovens a desenvolverem competências técnicas e comportamentais essenciais para o mercado de trabalho. Isso inclui habilidades em tecnologia, comunicação, resolução de problemas e trabalho em equipe;
- Investir na preparação para o futuro com formação contínua, permitindo que os jovens acompanhem as mudanças e demandas do mercado de trabalho, adaptando-se às novas tecnologias e tendências;
- Oferecer suporte contínuo com orientação de carreira, workshops e acesso a recursos de desenvolvimento profissional, para ajudar os jovens a crescerem em suas carreiras e a manterem-se competitivos no mercado de trabalho;
- Elaborar programas inclusivos de formação profissional que sejam acessíveis a todos os jovens, independentemente de sua situação econômica ou localização, incluindo a oferta de cursos, transporte gratuito e parcerias com empresas;
- Contribuir para a prevenção da violência e criminalidade com acesso ao emprego e à renda, diminuindo a vulnerabilidade dos jovens e proporcionando alternativas viáveis e construtivas para seu desenvolvimento.

EIXO 4 – DIREITO À DIVERSIDADE E À IGUALDADE

A juventude brasileira enfrenta uma série de desafios ao lidar com a diversidade sexual em um contexto social muitas vezes marcado por preconceitos e discriminação. Esses jovens, ao explorarem sua identidade sexual, muitas vezes se deparam com barreiras que apontam não apenas para sua autoestima, mas também para sua integração social e bem-estar emocional. A diversidade sexual, ainda envolta em tabus, suscita reações diversas na sociedade, desde acessíveis e apoio até exclusão e violência.

De acordo com dados fornecidos pelo Governo Federal em conjunto com a ABGLBT, um Dossiê, atualizado em 2023, mostra que entre janeiro e dezembro do ano passado, 273 pessoas LGBTIA+ morreram de forma violenta, mantendo o Brasil como o país que mais mata LGBTIA+ no mundo. O perfil da população que sofre esse tipo de violência são na maioria mulheres trans e gays, entre 20 e 39 anos. A formalização de denúncias às autoridades competentes envolvendo as vítimas de LGBTfobia é um dos caminhos para se combater tais práticas.

O desafio está em sua ampla divulgação, nas mais diversas formas, pois o disque 100 do Ministério dos Direitos Humanos, as legislações (exemplo: a lei estadual em São Paulo nº 10.948/2002), o site de delegacia on-line da Secretaria de Segurança Pública e da Delegacia Especializada (DECRADI) são formas de denunciar toda forma de violência a esse público.

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, no ano de 2021, os jovens entre 15 e 29 anos correspondiam a 23% da população brasileira, somando mais de 47 milhões de pessoas. Dentro dessa realidade, a juventude passa pela adolescência marcada por questões biológicas, com os neurônios buliçosos por descobrir coisas novas, acompanhado das dúvidas da própria sexualidade. É nessa mesma fase que os homossexuais mais se isolam por não se aceitarem e não entenderem o porquê de não se encaixarem ao padrão social dos mais próximos que os cercam.

Os impactos sociais dessa dinâmica são profundos, refletindo na saúde mental dos jovens, nas relações familiares e nas facilidades comunitárias. Muitos enfrentam isolamento, bullying e

até agressões físicas e psicológicas, resultando em um cenário onde o medo e a insegurança podem predominar. Entretanto, é fundamental destacar que a construção de uma sociedade mais inclusiva e acolhedora passa pela educação e pela promoção de um diálogo aberto e respeitoso sobre a diversidade sexual.

A juventude precisa conhecer as legislações que protegem seus direitos, caso ela deseje se identificar com o LGBTQIA+. Os direitos a essa população vão desde a mudança do próprio nome e reconhecimento de sua identidade de gênero, proteção adequada contra a intolerância e violência transfóbicas, acesso à saúde, à educação e a oportunidades de trabalho, dentre outras coisas que precisam ser reforçadas diariamente.

Falar sobre a violência tanto física, psicológica e institucional que esses jovens sofrem, reforça o que aponta o Dossiê mencionado pelo Governo Federal (2023), com uma série de recomendações de construção de políticas públicas que podem ser implementadas no combate a essas formas de violência, como necessárias e urgentes. A ampliação da representatividade jovem nos espaços públicos, na construção de diálogos, audiências públicas, legislações, entre outros, são instrumentos que podem contribuir com o jovem que decidiu seguir uma orientação sexual que diverge do padrão social. O jovem pode e deve ajudar nas tomadas de decisões que diz respeito a ele.

A elaboração de estratégias que podem fortalecer a comunicação entre a juventude sorocabana e o Poder Público, como, por exemplo, incluir o jovem em participações dos conselhos municipais de direitos, em especial o COMJOV, pois o colegiado é um espaço de escuta e construção de propostas de políticas públicas para a juventude, podendo fomentar maior participação das demandas da juventude LGBTQIA+.

A saúde do jovem LGBTQIA+ é outro grande desafio, como a abordagem do tema da sexualidade, compreensão da identidade de gênero, forma de atendimento, uso do nome social, organização do ambiente de trabalho, entre outras questões. Sorocaba possui em sua Secretaria da Saúde, atualizado em julho de 2023, feito em conjunto aos servidores municipais, um protocolo e linha de cuidados a população transexual do município.

A divulgação nas unidades de saúde dos bairros demonstra a necessidade de grande divulgação do protocolo estabelecido. Nesse sentido, a criação de ferramentas educacionais e de

suporte são essenciais para proporcionar um ambiente seguro e abrangente para esses jovens. Programas de sensibilização, políticas inclusivas nas escolas e espaços de apoio psicológico podem ser algumas das iniciativas que contribuem para uma mudança positiva.

O Plano Municipal da Juventude busca explorar os desafios enfrentados pela juventude sorocabana em relação à diversidade sexual, aos impactos sociais decorrentes e às estratégias possíveis para construir com políticas públicas uma sociedade mais inclusiva e informada.

A inserção social e econômica do jovem negro é um tema crucial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A marginalização e a falta de oportunidades são fatores que contribuem significativamente para a violência, afetando não apenas os indivíduos diretamente envolvidos, mas também a sociedade como um todo. Portanto, a implementação de políticas públicas eficazes é essencial para reverter esse cenário.

O racismo enfrentado pela população negra, resultado da maneira de como a sociedade brasileira foi se constituindo, desde a chegada dos portugueses, está presente nas estruturas que sustentam as instituições, responsáveis pela forma que as leis se concretizam: escola, saúde, habitação, segurança pública, dentre outras. A população negra vem reivindicando e lutando há anos pelo acesso à justiça e dignidade humana. Resultado do histórico de luta do movimento negro, temos leis, decretos e portarias, que asseguram os direitos de toda população negra. Mas, na prática, a violência e o desamparo, têm cor e têm território.

Tal violência, imposta no dia a dia, para a juventude negra, acarreta prejuízos imensuráveis à saúde mental da mesma.

Atlas da Violência 2017, lançado em junho do mesmo ano pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, analisa a evolução de homicídios no período de 2005 a 2015. De acordo com o estudo, as principais vítimas no país são homens, jovens, negros e de baixa escolaridade. Os jovens do sexo masculino entre 15 e 29 anos correspondem a 47,85% do total de óbitos registrados nesse período.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta que de 2016 a 2020, 31 mil jovens foram mortos em periferias, sendo cerca de 25 mil negros. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 4º, a efetivação dos direitos referentes à vida, saúde, dignidade,

respeito e liberdade das crianças e adolescentes, devem ser assegurados com absoluta prioridade, sendo um dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público.

A criação de políticas públicas eficazes para a inserção do jovem negro e a redução da violência exige uma abordagem colaborativa que envolva o Conselho de Direitos, a sociedade civil e o Poder Público. Cada um desses atores desempenha um papel crucial na construção e implementação de iniciativas que promovam a equidade e a justiça social. Sorocaba possui um Conselho atuante que é o Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra e Promoção da Igualdade Racial (COMPIR).

A participação do Poder Público tem um papel importante na formulação, implementação e financiamento de políticas públicas que promovam a inclusão do jovem negro. Em conjunto da sociedade civil, composta por organizações não-governamentais, movimentos sociais, associações comunitárias e outros grupos, desempenha um papel vital na mobilização e articulação social que podem garantir ao jovem negro sorocabano a superação dos desafios do cotidiano.

A inserção do jovem negro por meio de políticas públicas é uma estratégia eficaz para a redução da violência nos diversos âmbitos da sociedade. Investir em educação, mercado de trabalho, segurança pública, saúde e cultura não só promove a inclusão, mas também fortalece a coesão social e a justiça. A construção de um futuro mais igualitário depende do compromisso de todos em promover mudanças estruturais que garantam oportunidades equitativas para todos os jovens. Este eixo traz a possibilidade de discussão acerca do racismo contra a juventude negra de Sorocaba e suas propostas de intervenção.

PROPOSTAS:

- Ações e políticas públicas para informar, conscientizar e prevenir sobre os crimes de racismo, injúria e discriminação étnico-racial e étnico cultural que atingem a juventude negra nos diferentes espaços de lazer, educativos e recreativos;
- Acesso à justiça, às denúncias, à instrução de inquéritos e às punições relacionadas aos crimes de ódio em razão da raça, religião e etnia, quer seja por pessoa física, jurídica ou instituições públicas;

- Avaliação e proposição de políticas públicas transversais como instrumento de promoção da igualdade de oportunidades;
- Programas de prevenção e orientação sobre educação sexual, respeito às diferenças e as questões relacionadas à identidade e violência de gênero;
- Construção e ampliação de espaço público de esporte e lazer, levando em consideração a composição demográfica e racial da região;
- Elaborar e executar uma agenda de enfrentamento contra violência de gênero e sexualidade, publicizando direitos, ações e diretrizes de combate à violência neste segmento;
- Estudar a adesão do município de Sorocaba ao Plano Juventude Viva e implementar políticas públicas específicas para juventude, dando prioridade a este público no orçamento do PPA, LOA E MPO;
- Capacitar os Guardas Municipais, para abordagem e diálogo com as juventudes, efetivando o respeito às diversidades (etnia/raça, sexo/gênero, cultura, origem nacional, orientação sexual, idioma, religião, opiniões políticas, aptidões físicas, pessoas com deficiência e condições sociais ou econômicas) e aos (às) usuários (as) de substâncias psicoativas;
- Maior investimento em programas e projetos específicos para atuar na perspectiva preventiva, interrompendo o processo de criminalização da juventude e evitando, com isso, que os jovens se insiram no mundo da criminalidade ou no uso abusivo de drogas.

EIXO 5 – DIREITO À SAÚDE

Os jovens enfrentam diversos desafios de saúde que são influenciados por uma combinação de fatores psicossociais. Entre os problemas mais prevalentes, destacam-se aqueles relacionados à sexualidade, gravidez na adolescência, violência, abuso de drogas e saúde mental.

A sexualidade na adolescência é um tema complexo que pode levar a diversas consequências, sendo a gravidez precoce uma das mais preocupantes. A falta de educação sexual adequada e o acesso limitado a métodos contraceptivos contribuem para altos índices de gravidez entre adolescentes, o que pode impactar significativamente a vida dessas jovens, limitando suas oportunidades educacionais e econômicas.

Os dados do IBGE de 2023 apontam que das 53,4% de mulheres jovens, o principal motivo do abandono escolar era a necessidade de trabalhar (25,5%), seguido da gravidez (23,1%) e o não ter interesse em estudar (20,7%), demonstrando que a gravidez na adolescência continua sendo um fator que contribui significativamente para a mortalidade materna e infantil e para o ciclo de doenças e pobreza, conforme a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS).

Outro fator crítico na saúde do jovem é o abuso de substâncias, um problema crescente entre os jovens. A pressão dos pares, problemas familiares e a busca por aceitação social são alguns dos fatores que levam ao uso de drogas. O abuso de substâncias pode causar sérios problemas de saúde, como dependência, problemas mentais e até mesmo a morte.

Conforme dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2019, divulgada pelo IBGE, cerca de 63,3% dos estudantes de escolas públicas e particulares, entre 13 e 17 anos, já experimentaram bebida alcoólica e mais de um terço deles (34,6%) provou pelo menos uma dose antes de completar 14 anos. As meninas são mais expostas a essa iniciação precoce: 36,8%, contra 32,3% entre os meninos.

Os dados trazem a perspectiva escolar, relatando que entre os jovens estudantes que experimentaram bebidas alcoólicas, 47% disseram ter tido episódios de embriaguez. Cerca de

15,7% relataram a ocorrência de problemas em consequência de terem bebido, entre eles estão o conflito com a família ou amigos, a perda de aulas ou brigas.

Para os elaboradores da pesquisa é considerado uso abusivo pelo jovem quando, em uma única ocasião, passa de cinco doses para sexo masculino e quatro para o feminino. A dose é equivalente a um copo de chope, uma lata de cerveja, uma taça de vinho, uma dose de cachaça ou de uísque.

Outro dado importante apontado pela pesquisa é a diferença por faixa etária: o indicador variou de 22,1% nos jovens de 13 a 15 anos a 38,9%, entre os que tinham de 16 a 17 anos. Dentro da perspectiva da juventude no uso, esse dado pode elucidar que, à medida que os anos vão passando, o jovem tem mais oportunidades e estímulos para experimentar bebidas, cigarro e outras drogas, além de adquirir outros comportamentos. Isso pode explicar o maior consumo por parte dos jovens mais velhos e agravados pelo período pós-pandemia.

O cenário pós-pandemia jogou luz sobre um fator preocupante da juventude: a saúde mental dos jovens é uma preocupação crescente, com muitos enfrentando condições como depressão, ansiedade e estresse. Fatores como pressão acadêmica, problemas familiares e dificuldades sociais contribuem para o aumento desses problemas. A falta de apoio adequado e o estigma em torno da saúde mental muitas vezes impedem os jovens de buscar a ajuda necessária.

Uma pesquisa de 2021, do Instituto Ayrton Senna com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, revelou a dimensão do impacto que a pandemia, decorrente do isolamento social, teve na condição psicossocial dos jovens do Estado de São Paulo. A pesquisa envolveu 642 mil estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio.

O resultado foi de que 70% dos jovens estudantes relataram quadros de depressão ou ansiedade quando foram consultados, a partir do retorno ao ensino presencial. A avaliação ainda demonstrou que, quanto menores os índices de saúde mental dos jovens estudantes, mais ele pode ter desafios de aprendizagem.

O relatório da UNICEF em 2021 que fala sobre Situação Mundial da Infância, mas que abarca a juventude entre 15 e 24 anos, traz em seu conteúdo, que no Brasil se estima que quase um em cada seis meninas e meninos, entre 10 e 19 anos de idade, viva com algum transtorno mental, grupo mais exposto ao risco de automutilações, depressão e suicídio.

Quase 46 mil adolescentes morrem por suicídio a cada ano, uma das cinco principais causas de morte nessa faixa etária. Nesse ínterim, persistem grandes hiatos entre as necessidades de saúde mental e o financiamento de políticas públicas voltadas para essa área. O relatório aponta que apenas cerca de 2% dos orçamentos governamentais de saúde são destinados para gastos com saúde mental em todo o mundo.

Outro ponto que a pesquisa enaltece é sobre as conexões afetivas – com mães, pais, cuidadoras, cuidadores, amigas e amigos. O fortalecimento desse vínculo é fundamental para a qualidade da saúde mental desde a infância à juventude, assim como os impactos negativos psicossociais afetam diretamente a felicidade e o bem-estar nessa faixa etária.

Desta forma, a recuperação desse quadro não depende só de ações pontuais de mitigação ou prevenção, mas deve priorizar a promoção ativa da saúde mental, por meio de intervenções sistêmicas, integrando ações na educação, saúde, assistência social e outros setores envolvidos.

PROPOSTAS

- Implementar programas abrangentes de educação sexual nas escolas que abordem não apenas a anatomia e fisiologia, mas também relacionamentos saudáveis, consentimento e métodos contraceptivos;
- Promover campanhas de conscientização que desestigmatizem a conversa sobre sexualidade e saúde reprodutiva;
- Implementar programas de prevenção ao uso de drogas que envolvam a família, escola e comunidade;
- Fornecer recursos para tratamento e reabilitação de jovens que lutam contra a dependência de substâncias;
- Ampliar o acesso a serviços de saúde mental, incluindo aconselhamento, com foco em ambientes escolares e comunitários;
- Ampliar espaços de discussão/reflexão sobre autocuidado, saúde mental, saúde no geral e aglutinar com os três itens posteriores;

- Lutar contra o estigma associado à saúde mental por meio de campanhas de conscientização e promoção de ambientes acolhedores e inclusivos;
- Ampliar a abordagem na saúde geral dos jovens para garantir um desenvolvimento saudável e prevenir doenças a longo prazo;
- Promover a conscientização sobre a importância da higiene pessoal e hábitos saudáveis para prevenir doenças transmissíveis;
- Envolver pais e comunidades em programas de saúde, criando uma rede de apoio para jovens;
- Aproximar o jovem aos serviços de saúde já existentes, por meio de campanhas existentes e promover novas, se for necessário, e aproximação com escola;
- Promover campanhas que incentivem uma alimentação saudável e balanceada, reduzindo o consumo de alimentos processados e ricos em açúcar;
- Fortalecer, promover e ampliar o acolhimento e escuta qualificada para garantir a proteção dos adolescentes e jovens desde a primeira infância;
- Integrar ações fortalecedoras com o objetivo de favorecer políticas públicas que promovam bem-estar e saúde mental no público jovem;
- Fortalecimento e incentivo do Programa Saúde na Escola (PSE), com objetivo de atingir os jovens da educação pública brasileira e ampliar o alcance e o impacto da educação em saúde;
- Promover campanhas de conscientização sobre os riscos e consequências do uso e abuso de drogas, garantindo que as informações sejam precisas, baseadas em evidências e apresentadas de forma equilibrada, sem julgamentos ou distorções;
- Implementar ações e programas que promovam a autonomia, baseados em princípios orientados pela política de saúde mental integral, de base comunitária, com foco na promoção da saúde, que capacitem os indivíduos a desenvolverem habilidades para tomar decisões informadas e responsáveis, promovendo seu crescimento pessoal e social;
- Fornecer recursos para tratamento e reabilitação de jovens que lutam contra a dependência de substâncias, considerando a autonomia como um valor.

EIXO 6 – DIREITO À CULTURA

A cultura é um pilar essencial na formação da identidade e na construção de valores sociais, especialmente entre os jovens. Em cidades do interior, como Sorocaba é conceituada, a cultura tem um papel crucial, não apenas na preservação das tradições locais, mas também como um motor de inovação e desenvolvimento social.

O conceito de cultura adotado segue as diretrizes apontadas pelos eventos internacionais que contaram com a participação da UNESCO, especialmente a “Conferência Mundial sobre Políticas Culturais Mondiacult”, ocorrida em 1982 no México, quando se chegou a uma definição mais abrangente para a cultura, definida como “conjunto de características distintas, espirituais e materiais, intelectuais e afetivas, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social”, englobando, “além das artes e letras, os modos de viver, os direitos fundamentais dos seres humanos, os sistemas de valor, as tradições e as crenças”. Nessa mesma ocasião, reconheceu-se que as políticas culturais para o desenvolvimento deveriam estar centradas nas “forças vivas da cultura”, ou seja, no patrimônio, na identidade e na criatividade.

A cultura desempenha um papel crucial na identidade de uma nação, representando o conjunto de práticas, costumes, hábitos e crenças de um grupo ou nação específica. A compreensão e apreciação de culturas diversas não só enriquecem a nossa visão de mundo, mas também promovem uma sociedade mais tolerante e reflexiva.

A cultura brasileira é conhecida e caracterizada pelo conjunto de tradições, manifestações culturais, costumes, culinária e religião dos povos que ao longo da história habitaram o país. Resultado de um extenso processo de miscigenação étnica, o Brasil tem reconhecimento internacional, pois se destaca como um dos países mais culturalmente diversos do mundo.

Sorocaba conta com diversas atrações culturais, promovidas por sua Secretaria da Cultura, que é responsável pelo planejamento e promoção de atividades, além de apoiar ações promovidas por associações não governamentais, instituições empresariais, entre outras. Outra tarefa da Secretaria é a preservação dos espaços, um exemplo é o Patrimônio Histórico e Cultural da cidade.

Considerando as informações fornecidas pelo IBGE no ano de 2023, apontam que 42,5% da população brasileira vivem em cidades sem cinemas, 31,4% em cidades sem museus e 30,6% sem teatros. No decorrer da pesquisa, foi possível identificar que a fatia da população que é mais prejudicada no acesso à cultura é: pessoa de baixa renda, jovem, negra e, de uma forma geral, que reside em local menos privilegiado no acesso à cultura.

Um dos grandes desafios da cultura, em geral, é garantir o acesso integral de todos à cultura e, para isso, é fundamental promover a igualdade e a inclusão social. Democratizar a cultura significa proporcionar a todos, especialmente aos jovens mais vulneráveis, a oportunidade de vivenciar e participar de atividades culturais.

Dentro das características populacionais de Sorocaba, a inclusão deste jovem pode ser alcançada por meio de iniciativas que valorizem as especificidades locais e promovam a inserção de maneira equitativa. Festivais, oficinas, parcerias com instituições culturais e a utilização de espaços públicos são formas eficazes de ampliar o acesso e envolver a comunidade.

Outro desafio é a carência de espaços adequados para a realização de atividades culturais, como teatros, centros comunitários e bibliotecas. A ausência desses espaços limita as oportunidades de expressão artística e o acesso a eventos culturais. Sorocaba é privilegiada por ter muitos espaços para que a juventude possa conhecer e ocupar, pois conta com diversos cinemas, teatros, centros comunitários e bibliotecas.

Atualmente a juventude Sorocaba podem conhecer diversas atividades e ações culturais que acontecem em Sorocaba, listamos algumas abaixo:

- Exposição de artes plásticas;
- Espetáculos de teatro;
- Oficinas culturais;
- Atividades/eventos nos Museus da cidade;
- Apresentações da Orquestra Sinfônica de Sorocaba;
- Sessões de cinema nos bairros.

Os jovens são os principais agentes de transformação e inovação, que podem se expressar culturalmente de diversas formas, tanto como consumidores de bens culturais quanto como

criadores de suas próprias expressões. Através dessas expressões, eles buscam mostrar à sociedade e ao mundo a importância de seus valores e de sua cultura no processo de transformação da sua realidade.

Ao conhecermos culturas diferentes da nossa própria, somos desafiados a questionar nossas próprias crenças e valores, permitindo-nos uma maior compreensão e aceitação das diferenças. Esse processo de reflexão pessoal e interação cultural contribuem significativamente para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados com a diversidade do mundo ao seu redor.

A cultura tem o poder de transformar vidas e comunidades. Em cidades do interior como é a característica de Sorocaba, é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento da juventude e a promoção da inclusão social da sua população. Investir na cultura do jovem é investir em seu futuro, garantindo que todos possam desfrutar de suas riquezas e oportunidades que provêm dos espaços culturais. Ao valorizar as tradições locais e criar oportunidades culturais com a chegada da nova geração, podemos construir uma sociedade mais justa, rica em diversidade e preparada para os desafios do futuro.

PROPOSTAS:

- Encontrar formas de garantir o acesso à cultura para promover a igualdade e a inclusão social;
- Proporcionar festivais, oficinas, parcerias com instituições culturais e a utilização de espaços públicos como maneira de ampliar o acesso e envolver a comunidade;
- Fomentar e reativar os espaços culturais que comportem a população para receber cada vez mais projetos culturais diferentes;
- Garantir que os grupos que já estão com trabalhos ativos no município possam ser incentivados e cultivados a manter suas ações;
- Possibilitar a transformação de escolas, igrejas e outros locais comunitários em espaços multifuncionais para eventos culturais da cidade;
- Investir na revitalização de praças e parques para que possam sediar atividades culturais ao ar livre;

- Buscar financiamentos por meio de editais públicos, leis de incentivo à cultura e parcerias com empresas privadas;
- Desenvolver modelos de economia criativa que gerem renda por meio de atividades culturais, como feiras de artesanato, shows e festivais;
- Incentivar a criação e implementação de políticas públicas voltadas exclusivamente para o jovem que incentivem a cultura e ofereçam apoio financeiro e logístico para quem está começando na área;
- Celebrar e promover a diversidade cultural entre as gerações;
- Organizar festivais anuais que incluem apresentações musicais, danças tradicionais, exposições de arte e feiras de artesanato, voltados exclusivamente para o público jovem.
- Desenvolver talentos artísticos entre os jovens;
- Criar programas de incentivo, na qual artistas experientes orientam jovens talentos em diversas áreas artísticas.

EIXO 7 – DIREITO À COMUNICAÇÃO E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Ao falarmos do Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão, é impreterível olharmos para o Estatuto da Juventude, Lei 12.852/2013 (BRASIL, 2013). Este foi pioneiro entre os marcos legais e legislações ao garantir o Direito à Comunicação. Apesar de já haver previsão constitucional do direito à informação e à livre expressão, não havia até o advento do Estatuto a previsão de um direito fundamental à comunicação.

Com o advento das novas tecnologias de informação e a universalização da internet, dez anos após a aprovação do Estatuto da Juventude, o cenário de acesso à comunicação tornou-se muito mais real. Entretanto, ainda estamos longe do esperado.

Em Sorocaba, há cerca de 100 pontos de acesso livre à internet espalhados pela cidade, conforme noticiado pelo Jornal Cruzeiro do Sul. O sorocabano pode contar com internet nas Casa do Cidadão, praças, terminais etc., bem como alguns pontos com computadores para uso público, o que facilita o acesso à informação e, por meio das redes sociais, o exercício do Direito à Liberdade de Expressão.

Por outro lado, um levantamento divulgado pela ABRANET - Associação Brasileira de Internet trouxe a pesquisa do Centro de Estudos e Pesquisas em Tecnologia de Redes e Operações, feito em 2024, que aponta que apenas 29% das escolas públicas possuem computadores ou tablets com internet para uso dos alunos em pesquisas e desenvolvimento de atividades. E, ainda, desses 29%, a média é de um equipamento para cada dez alunos, o que dificulta o pleno acesso à informação.

O acesso aos meios de comunicação teve grandes avanços nos últimos anos. Uma pesquisa do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação revela que, em 2015, cerca de 51% dos domicílios possuíam acesso à internet e meios de comunicação digital, número que passou para 84% em 2023. Porém, a mesma pesquisa aponta que quem mais sofre com a falta de acesso à internet e meios de comunicação digital é a população mais pobre, das classes C, D e

E. Em 2015, apenas 16% dessa população tinha acesso, enquanto em 2023 esse número saltou para 67%, ainda distante dos 98% da população das classes A e B.

Apesar do advento do Estatuto da Juventude, que trouxe como direito fundamental a comunicação e liberdade de expressão, a realidade ainda necessita de ações do governo, especialmente municipal, que pautem o pleno acesso a esse direito e estimulem o acesso de maneira adequada.

Mesmo com todos os avanços, muitos desafios ainda precisam ser superados para garantir o pleno acesso à comunicação. A desigualdade no acesso à internet e dispositivos digitais continua sendo uma barreira significativa, especialmente para jovens de classes mais baixas. Além disso, a qualidade da conexão e a disponibilidade de conteúdos relevantes e acessíveis também são questões importantes.

Nesse sentido, é importante destacar que o direito à comunicação é fundamental para a cidadania, participação social e política dos jovens. Ele permite que os jovens se informem sobre questões sociais e políticas, expressem suas opiniões e participem ativamente na sociedade. A comunicação é um meio essencial para a educação, formação de opinião e engajamento em processos democráticos.

Assim, as redes sociais têm desempenhado um papel crucial na amplificação da voz dos jovens e na promoção da liberdade de expressão. Elas oferecem uma plataforma onde os jovens podem compartilhar suas opiniões, organizar movimentos e campanhas, e participar de discussões sobre temas importantes. No entanto, é preciso estar atento aos desafios associados, como a disseminação de desinformação e a exposição a discursos de ódio.

Em Sorocaba, algumas iniciativas têm buscado melhorar o acesso à comunicação e à informação entre os jovens. Projetos de Wi-Fi Livre em Sorocaba têm expandido os pontos de acesso à internet pela cidade. Além disso, programas de inclusão digital em escolas e comunidades visam proporcionar aos jovens as ferramentas e habilidades necessárias para navegar no mundo digital de forma crítica e segura.

Para garantir o direito à comunicação e à liberdade de expressão para todos os jovens, é fundamental investir em políticas públicas que promovam a inclusão digital. Isso inclui a ampliação da infraestrutura de internet, a distribuição de dispositivos digitais para a população e a

implementação de programas de educação digital. Além disso, é importante apoiar iniciativas que promovam a produção e o acesso a conteúdos relevantes e de qualidade para os jovens.

PROPOSTAS:

- Desenvolver estratégias efetivas de comunicação institucional focadas na divulgação de ações e programas para os jovens no Município, através do uso da tecnologia digital e redes sociais;
- Criar vídeos e materiais explicativos sobre os direitos e programas específicos para os jovens, que utilize de linguagem e identidade visual que dialoguem com a cultura juvenil;
- Criar canais de diálogo entre a juventude e a gestão pública tanto na internet (redes sociais, rádios on-line, aplicativos e software livre), quanto em organizações já existentes nas comunidades para garantir a participação individual e/ou coletiva dos jovens;
- Realizar mapeamento dos grêmios estudantis, diretórios acadêmicos, coletivos jovens e outras organizações da juventude no município de Sorocaba, com objetivo de estimular e fomentar a aproximação institucional com esses grupos/coletivos;
- Investir em internet e ferramentas digitais com o propósito de ampliar a participação estratégica das juventudes de forma institucional, por meio dos Conselhos Municipais, utilizando-se de transmissões on-line, criando espaços de fórum e debates em espaços virtuais.

EIXO 8 – DIREITO AO DESPORTO E AO LAZER

A prática de esportes na juventude pode ser uma ferramenta poderosa para superar situações de vulnerabilidade, violências, transtornos mentais, entre tantas outras vantagens que a juventude pode obter. As atividades físicas e esportivas promovem diversos benefícios no funcionamento do cérebro, incluindo o aumento da liberação de substâncias que ajudam a prevenir problemas relacionados à saúde mental do jovem.

Durante a juventude, a prática esportiva proporciona um futuro de maior resiliência e qualidade de vida na fase adulta, especialmente quando comparados a indivíduos que não praticam esportes. Além disso, o esporte é ferramenta essencial para solucionar problemas de diversas áreas da sociedade.

No ano de 2019, o IBGE já divulgava que uma em cada quatro pessoas de 18 anos ou mais de idade no Brasil estava obesa, o equivalente a 41 milhões de pessoas. Eram 29,5% das mulheres e 21,8% dos homens. Já o excesso de peso atingia 60,3% da população de 18 anos ou mais de idade, o que corresponde a 96 milhões de pessoas, sendo 62,6% das mulheres e 57,5% dos homens.

A prática regular de esportes desempenha um papel crucial no combate ao excesso de peso e à obesidade, especialmente entre os jovens. O aumento alarmante das taxas de obesidade infantil e adolescente é um problema de saúde pública em todo o mundo. O esporte oferece uma solução eficaz e acessível para enfrentar esse desafio, promovendo hábitos de vida saudáveis e ativos, mas que precisam ser incentivados já na infância.

Dentro da realidade de Sorocaba, o jovem pode contar com a Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida (Sequav), que promove atividades permanentes em seus próprios Centros Esportivos para a faixa etária da juventude, entre outras também. Alguns projetos têm a população juvenil como prioridade, como por exemplo, as escolas de esportes, as aulas de ginástica e lutas, e as competições promovidas ao longo do ano, como os Jogos Escolares de

Sorocaba (JES), Cruzeiroão, Cruzeiroinho e os Campeonatos Varzeanos. Todo ano, aproximadamente, são atendidos por volta de 10.000 jovens em nossos programas e atividades.

A obesidade não afeta apenas a saúde física, mas também a mental e emocional. Jovens com excesso de peso frequentemente enfrentam estigmatização, baixa autoestima e depressão. Ações dentro de Sorocaba têm fortalecido as atividades físicas voltadas a essa faixa etária, como por exemplo, a retomada da categoria infantojuvenil (15 a 17 anos) nos Jogos Escolares de Sorocaba – JES, proporcionando que esses jovens estejam inseridos em atividades físicas esportivas em suas escolas e fora dela, trazendo a eles todos os benefícios presentes nessa prática de atividade física regular, que é essencial para a manutenção de um peso saudável.

O esporte também tem um papel fundamental na promoção da inclusão social, especialmente entre os jovens. Por meio da prática esportiva, é possível quebrar barreiras sociais, culturais e econômicas, criando um ambiente onde todos podem se sentir valorizados e incluídos. Podemos citar o fortalecimento dos laços dentro da comunidade. Eventos esportivos locais e regionais reúnem pessoas de diferentes faixas etárias e origens, promovendo o senso de pertencimento e coesão social. Essas atividades ajudam a construir uma comunidade mais unida e solidária, onde os jovens se sentem apoiados e valorizados.

Neste sentido, houve uma alteração na lei que rege os Campeonatos Municipais de Futebol – Varzeano, para que os atletas menores de 23 anos possam disputar até duas competições dentro de uma mesma temporada, no intuito de aumentar as possibilidades de participação dos jovens em nossos campeonatos, permitindo que joguem a 4ª e 3ª divisões e possam posteriormente compor os elencos das equipes das 2ª e 1ª divisões, estimulando as equipes a apostarem nesses novos atletas.

O IBGE, em 2017, divulgou que o futebol foi a modalidade esportiva mais praticada no Brasil. Dentro da perspectiva da juventude, o futebol ocupa um lugar especial no coração dos jovens, sendo muito mais do que um simples esporte; é uma paixão nacional e um sonho para muitos de mudar de vida financeira, alcançar fama, ser um jogador de alto rendimento e conquistar a admiração de todos. Esta modalidade permite que o jovem revele suas paixões, sentimentos, intenções, construir estratégias, novos diálogos e construção de objetivos a longo prazo. O futebol é um grande instrumento de relacionamento social.

Com um olhar voltado para a juventude e a inclusão social, a Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida tem buscado garantir, por meio de seus programas e projetos, uma maior possibilidade de participação e atração desse público às atividades esportivas. Utilizando ferramentas modernas, como mídias sociais e influenciadores que estão presentes no dia a dia dos jovens, a Secretaria estimula a adesão a práticas esportivas, promovendo um engajamento mais efetivo e relevante.

Para efetivamente engajar os jovens e desviá-los da ociosidade, sedentarismo, uso de drogas e criminalidade, a prática de esportes surge como uma ferramenta fundamental. O esporte não apenas promove o desenvolvimento físico e emocional, mas também contribui para a formação de habilidades sociais e a construção de uma rede de apoio. Diversificar as atividades esportivas e criar ambientes seguros e inspiradores são essenciais para atrair e manter o interesse dos jovens. Além disso, utilizar tecnologias e mídias sociais para promover essas atividades pode aumentar a adesão. Combinando a prática esportiva com estratégias adaptativas e participativas, é possível criar um impacto positivo duradouro, promovendo um estilo de vida saudável e preventivo para a juventude.

PROPOSTAS:

- Incentivar a integração junto a Secretaria da Educação para fomentar atividades esportivas diversificadas no currículo escolar, garantindo acesso e participação para todos os alunos da rede;
- Criar campanhas comunitárias para promover eventos esportivos escolhidos pela comunidade e estimular a participação juvenil, com apoio de empresas e organizações;
- Garantir a manutenção dos Centros de Esportes da cidade para que se tenha segurança e sejam inclusivos;
- Ofertar Centros Esportivos adaptados para jovens com deficiência, oferecendo treinamento especializado e eventos inclusivos;
- Criar conscientização do poder público para garantir que financiamentos de atividades esportivas para a juventude seja prioridade;

- Promover o debate e sensibilização sobre a destinação de recursos do orçamento público para a construção de instalações esportivas e a realização de programas que incentivem a prática de esportes entre os jovens;
- Manter e aprimorar as parcerias com influenciadores e atletas;
- Organizar oficinas e eventos esportivos gratuitos para jovens, facilitando o acesso a diferentes modalidades e criando oportunidades para experimentação;
- Oferecer formação contínua para educadores e técnicos sobre práticas inclusivas e adaptativas, garantindo que todos os jovens sejam bem recebidos nas atividades esportivas;
- Implementar um sistema de avaliação para monitorar a participação e o impacto dos programas esportivos, ajustando as estratégias conforme necessário;
- Desenvolver programas que incentivem a participação da comunidade local onde o jovem está inserido a partir da revitalização dos espaços comunitários de práticas de esportes (campinhos) nos territórios;
- Estimular a participação feminina nas práticas esportivas comunitárias desenvolvendo o espírito de liderança da mulher e o exercício do seu direito ao lazer e às atividades físicas.

EIXO 9 – DIREITO AO TERRITÓRIO E À MOBILIDADE

A mobilidade urbana é um tema central nas discussões sobre o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida nas cidades. Quando falamos especificamente da mobilidade dos jovens, várias questões emergem, refletindo a importância de criar ambientes urbanos que atendam às necessidades dessa faixa etária dinâmica e em crescimento.

Para muitos jovens, o transporte público é a principal forma de locomoção. Ônibus, metrô e trens oferecem uma maneira acessível de chegar às escolas, universidades, empregos e atividades de lazer. No entanto, a qualidade e a eficiência desses serviços variam consideravelmente. No município de Sorocaba, a Secretaria de Mobilidade (Semob) tem por objetivo fiscalizar e trazer mais qualidade no acesso a esses meios de locomoção.

A matéria do dia 3 de maio de 2023, do Portal Observatório Nacional de Segurança Viária – ONSV, falava sobre os dados do Ministério da Saúde a partir das informações levantadas pelo DataSUS (Sistema de Informações de Mortes) ocorridas no Brasil no ano de 2021. Este compilado de informações tratava da quantidade de óbitos anuais no trânsito brasileiro. Com o aumento de 3,35% no total de óbitos registrados no trânsito, totalizava um número de 33.813 mortes por sinistros.

Considerando o sexo das vítimas, em 2021 as vítimas do sexo masculino ainda são a maioria dos mortos no trânsito, representando 83% dos óbitos. A faixa etária com a maior quantidade de mortes no trânsito, em 2021, ainda é a de 20 a 24 anos, seguindo um movimento de repetição do que estamos vivendo há alguns anos.

A mortalidade de jovens no trânsito não é só uma preocupação municipal, estadual ou nacional, mas sim global. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) e OPAS em 2023, os acidentes de trânsito são uma das principais causas de morte entre jovens de 15 a 29 anos. Esses números ressaltam a necessidade urgente de medidas preventivas e políticas públicas eficazes.

Trazendo para a realidade de Sorocaba, conforme o INFOSIGA, ligado ao Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP), em 2022 foram 92 óbitos e, em 2023, foram 90 óbitos no trânsito, uma redução 0,13%. Um dos meios de locomoção é a motocicleta, o uso delas por jovens é muito comum, especialmente em áreas urbanas. No entanto, a falta de equipamentos de proteção adequados e a condução imprudente contribuem significativamente para a alta taxa de mortalidade.

A Secretaria de Mobilidade contempla e trabalha com todos os usuários das vias públicas, que são crianças, jovens, adultos, idosos e deficientes. Com o intuito de reduzir essas mortes no trânsito, uma das ações executadas pelo Município é o Motociclista Seguro, com a Escola do Motociclista (curso de pilotagem gratuita), que é aberta a toda população, mas principalmente aos motociclistas mais jovens, que são um dos mais vulneráveis no trânsito.

Muitos jovens subestimam os perigos de dirigir em alta velocidade. A inexperiência ao volante, combinada com a sensação de invulnerabilidade típica da juventude, pode levar a comportamentos de risco. A redução das mortes de jovens no trânsito exige um esforço conjunto de governos, organizações não-governamentais, educadores, pais e os próprios jovens, sendo fundamental para o pleno sucesso das ações da Semob, diante de uma sociedade que clama por um trânsito mais seguro, a participação efetiva desses jovens.

A mobilidade urbana dos jovens é um tema multifacetado que exige atenção de governos, empresas e da sociedade civil. Garantir que os jovens tenham acesso a meios de transporte seguros, eficientes e sustentáveis é fundamental para o desenvolvimento urbano e para a construção de um futuro mais justo e ecológico. Investir em mobilidade urbana é investir no potencial e nas oportunidades das futuras gerações.

Caminhar para a redução de mortes no trânsito e garantir uma mobilidade segura é preciso, primeiramente, entender quais são suas causas e consequências na vida de toda uma sociedade. Após um olhar mais amplo para um problema, detectando a sua raiz, procurar soluções para melhorar a segurança no trânsito para todos. Cada vida perdida no trânsito é uma tragédia, prevenir essas mortes deve ser prioridade contínua dentro dos debates sobre mobilização e juventude. O trânsito é um assunto universal, todos fazem parte dele, porém cada integrante deve fazer a sua parte, pois a “PAZ NO TRÂNSITO COMEÇA POR VOCÊ”.

PROPOSTAS:

- Promover espaços de debates e palestras em escolas, empresas e universidades, buscando o público jovem, alertando para os riscos de uma condução mais agressiva, do consumo de álcool e drogas, e da importância do uso do cinto de segurança;
- Levar até as escolas de nível infantil, fundamental I e II, informações sobre trânsito e investir em prevenção com ações voltadas para as crianças;
- Reduzir de forma constante os sinistros de trânsito;
- Aumentar a fiscalização para garantir o cumprimento das leis de trânsito, como limites de velocidade, uso do cinto de segurança e proibição do uso de celular ao volante;
- Investir na melhoria e expansão do transporte público para torná-lo mais acessível, seguro e eficiente para os jovens;
- Incluir linhas estratégicas e específicas para áreas com grande concentração de estudantes e jovens trabalhadores;
- Continuar investindo em infraestrutura segura para ciclistas e pedestres, com a criação de ciclovias e calçadas bem iluminadas e sinalizadas;
- Envolver comunidades locais com grande ocorrência de sinistros de trânsito para a criação e implementação de programas de segurança no trânsito e mobilidade sustentável;
- Investir cada vez mais em educação viária (Código de Trânsito Brasileiro);
- Monitorar e avaliar continuamente as políticas públicas que atendam os jovens no trânsito e educação viária, como os programas implementados no município para garantir sua eficácia e fazer ajustes conforme necessário;
- Incluir os jovens com deficiência nos espaços sociais, culturais e de lazer, garantindo a acessibilidade comunicacional e arquitetônica, compreendendo a diversidade e autonomia desse segmento social.

- EIXO 10 – DIREITO À SUSTENTABILIDADE E AO MEIO AMBIENTE

A participação dos jovens em causas ambientais é crucial para a construção de um futuro sustentável. A juventude, com sua energia, criatividade e capacidade de mobilização, tem o potencial de liderar transformações significativas na luta por um meio ambiente saudável. No entanto, para que essa liderança se concretize, é necessário promover um engajamento profundo e duradouro. Isso vai além das tradicionais atividades de educação ambiental, exigindo estratégias inovadoras que sensibilizem e motivem os jovens a se tornarem agentes ativos na preservação do nosso planeta.

A educação ambiental é essencial para capacitar os jovens a compreenderem a importância da sustentabilidade, conservação e bem-estar animal. Programas educacionais, projetos escolares e campanhas de conscientização ajudam a formar uma geração mais informada e preocupada com o meio ambiente.

O município de Sorocaba conta com um programa de educação ambiental, que é executado pela Secretaria do Meio Ambiente, Proteção e Bem-estar Animal (Sema), que promove ações educativas para jovens e adultos de maneira gratuita, com o objetivo de sensibilização da importância da preservação do meio ambiente, mediante a necessidade de políticas públicas para conservação ambiental na cidade, devido a ações antrópicas que causam prejuízos ao meio ambiente, como queimadas, tráfico de animais exóticos, descarte incorreto de resíduos, entre outros.

Em 2023, o Programa Município Verde Azul (PMVA), da Secretaria de Estado de São Paulo do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), divulgou que no ano de 2022, após avaliações das diretrizes e critérios de medição, Sorocaba ficou em 1º lugar no ranking do Programa Município VerdeAzul. Com o objetivo de incentivar a presença da variável ambiental na agenda sustentável, estimular o poder público local a fortalecer o planejamento ambiental e apoiar a eficiência da gestão ambiental, com a descentralização, Sorocaba foi destaque no grupo de cidade com mais de 500 mil habitantes.

A juventude desempenha um papel crucial na promoção da agenda sustentável e na preservação do meio ambiente. Com uma consciência crescente sobre os desafios ambientais que

o mundo enfrenta, os jovens estão cada vez mais engajados em iniciativas que visam um futuro sustentável. Esse engajamento se manifesta de várias formas, desde a participação em protestos e movimentos ambientais, até a adoção de práticas sustentáveis em suas vidas diárias.

Os jovens de hoje cresceram em um mundo onde as mudanças climáticas, a poluição e a degradação ambiental são realidades palpáveis. Essa exposição precoce às crises ambientais despertou uma geração que está profundamente preocupada com o futuro do planeta. Eles entendem que as ações de hoje terão consequências significativas para as gerações futuras e, por isso, sentem-se motivados a agir.

Essa troca entre gerações é fundamental para que possamos trocar informações e promover a sensibilização da pauta com todos. A equipe de Educação Ambiental do Parque da Biquinha, dentro desta proposta intergeracional, possui o Clube Ecológico da Melhor Idade “Roda Viva” e, em alguns momentos, promove encontro dos idosos com crianças e adolescentes, proporcionando interações e atividades práticas com a temática de conservação ambiental.

Com esta preocupação de promover espaços abertos, dentro da pauta de sensibilização da juventude, a educação ambiental promove eventos abertos ao público com datas alusivas ao Meio Ambiente, com exposições de animais taxidermizados e fixados e bate-papo educativo nas praças e nos parques da cidade onde os jovens podem estar, além da realização de plantios em áreas de restauração ambiental e proteção de afluentes.

Para estimular o poder público local a fortalecer o planejamento ambiental e apoiar a eficiência da gestão ambiental, é essencial que os jovens se envolvam ativamente nos processos de decisão política. O COMJOV pode estimular a participação e discussões sobre políticas ambientais, sendo um espaço democrático com estratégias eficazes. Esses conselhos permitem que as preocupações e ideias dos jovens sejam consideradas na formulação de políticas públicas, garantindo que a agenda ambiental reflita as necessidades e aspirações das novas gerações.

A participação ativa da comunidade local, onde o jovem está inserido, é fundamental para o sucesso dessas iniciativas. Quando a comunidade se envolve, o impacto das ações ambientais se multiplica, criando um senso de responsabilidade coletiva pela preservação do meio ambiente.

Um dos programas que tem sido eficaz e de sucesso no município de Sorocaba é o Clube de Observadores de Aves Infantojuvenil (Coaves KIDS), que ocorre no Parque da Água Vermelha. Os

participantes do grupo familiar, que inclui crianças, jovens, adultos e idosos, participam de vivências em natureza, com oficinas e passarinhadas guiadas com ornitólogos.

Outras atividades que estimulam a participação da família, que é elemento essencial, pois quando os jovens recebem apoio de seus familiares, eles se sentem mais motivados e encorajados a continuar suas ações em prol do meio ambiente, são as atividades realizadas no Parque Zoológico Municipal “Quinzinho de Barros”, em datas alusivas, como as datas comemorativas de espécies de animais, as famosas visitas noturnas e as visitas ao setor da veterinária e da nutrição (bastidores do Zoo). Essas atividades contam com bate-papo educativo acerca de curiosidades, papel ecológico e ameaças que envolvem os animais, com o intuito de apresentar as funções de um zoológico moderno para que a população tenha um novo olhar sobre a instituição.

A juventude é uma força vital na promoção da sustentabilidade e proteção do meio ambiente. Seu entusiasmo, criatividade e determinação são cruciais para enfrentar os desafios ambientais atuais e construir um futuro sustentável. Engajar os jovens em decisões políticas, descentralizar a gestão ambiental e fortalecer parcerias com comunidades e famílias são passos essenciais para uma gestão ambiental eficaz.

Ao apoiar e capacitar os jovens, criamos uma geração consciente e ativa, capaz de liderar mudanças significativas. Políticas que incentivem a participação juvenil, investimentos em educação ambiental e a criação de oportunidades de emprego verde são fundamentais para canalizar a energia dos jovens em ações concretas e benéficas para o meio ambiente.

A colaboração entre jovens, famílias, comunidades e governos é crucial para criar uma cultura de sustentabilidade. Juntos, podemos garantir que as vozes da juventude sejam ouvidas e que suas ações tenham um impacto duradouro na preservação do nosso planeta.

PROPOSTA

- Incentivar, por meio de políticas públicas, a integração do tema sobre sustentabilidade nos currículos escolares da rede municipal;
- Promover projetos e debates que incentivem a conscientização e ação ambiental em locais públicos;
- Organizar eventos comunitários, como mutirões de limpeza, plantio de árvores e debates sobre o tema;

- Incentivar estrategicamente a participação ativa das comunidades locais e famílias em iniciativas ambientais;
- Estimular e mobilizar os jovens para integrar campanhas de sensibilização sobre as causas ambientais e seus impactos;
- Promover a garantia que as vozes e ideias dos jovens sejam consideradas na formulação de políticas públicas das questões ambientais de Sorocaba;
- Utilizar cada vez mais os espaços públicos que possuem participantes jovens para expor sobre animais, falar sobre eles e como é seu habitat atualmente;
- Utilizar as mídias digitais como ferramenta de diálogo e aproximação com as juventudes para dar visibilidade às questões ambientais do município;
- Promover a participação jovem cidadã na gestão dos recursos naturais, a partir da criação de fóruns e encontros para debate público do tema;
- Desenvolver estratégias que considerem os riscos potenciais e específicos aos jovens, a partir de ações e programas que levem em consideração os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

EIXO 11– DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA E AO ACESSO À JUSTIÇA

Os jovens têm o direito fundamental de viver em um ambiente seguro, livre de violência, onde sua integridade física e mental seja protegida. No Brasil, esse direito é frequentemente comprometido, especialmente no sistema socioeducativo, onde mais de 26 mil adolescentes estão em privação ou restrição de liberdade, conforme dados de 2016 do Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Esse número cresceu 58,6% em seis anos, e mais de 5 mil desses adolescentes são internos provisórios, ou seja, 20% dos internados estão privados de liberdade sem uma sentença judicial definitiva.

Reconhecendo o peculiar estágio de desenvolvimento de crianças e adolescentes, a Constituição Federal estabeleceu, no artigo 227, a doutrina da proteção integral. Esta doutrina determina que a responsabilidade de garantir os direitos dos jovens deve ser compartilhada entre família, Estado e sociedade. Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) consolidou esse princípio, reafirmando que crianças e adolescentes são sujeitos de direito. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) reforça essa abordagem ao priorizar a valorização da vida e o acesso igualitário a direitos, em contraste com as abordagens assistencialistas e punitivistas anteriores.

No entanto, o acesso à justiça enfrenta desafios significativos. A morosidade dos processos e a falta de recursos muitas vezes resultam em injustiças e na privação prolongada de liberdade sem uma sentença definitiva. A situação é agravada pela violência urbana e pela criminalidade, que afetam desproporcionalmente os jovens de comunidades vulneráveis. Estudos revelam que a taxa de homicídios entre jovens no Brasil é uma das mais altas do mundo, refletindo uma realidade de insegurança e violência que compromete o direito à vida e à segurança desses jovens. Mortes violentas e o envolvimento em atividades criminosas estão frequentemente associados a desigualdades sociais e econômicas.

Além disso, o classismo e as desigualdades socioeconômicas têm um impacto profundo no tratamento dos jovens. Jovens de famílias vulneráveis e comunidades marginalizadas enfrentam barreiras significativas para acessar oportunidades educativas e de desenvolvimento, o que os torna mais suscetíveis a situações de risco e ao sistema de justiça. O preconceito e a discriminação afetam a forma como esses jovens são tratados pelas instituições e pelo sistema judiciário.

O sistema socioeducativo deve ser um espaço de promoção de direitos e não de violações. Em vez de perpetuar ciclos de violência e exclusão, as instituições devem focar na reabilitação e reintegração dos adolescentes. A formação dos agentes de justiça deve incluir treinamento sobre desigualdades sociais e sensibilidade às realidades enfrentadas pelos jovens em situação de vulnerabilidade. Para garantir um ambiente seguro e reabilitador, as instituições precisam ser reformadas com uma gestão eficiente e humanizada, que vá além da melhoria das instalações físicas e implemente programas educativos e de suporte que promovam o desenvolvimento pessoal e social dos jovens.

Garantir um ambiente seguro e promotor de direitos para os jovens é uma responsabilidade coletiva que envolve família, Estado e sociedade. É necessário promover reformas no Sistema de Justiça e nas políticas de segurança pública para assegurar que todos os jovens, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham acesso à justiça e possam viver de forma digna e segura. A construção de um sistema justo, acessível e sensível às necessidades dos jovens é fundamental para o desenvolvimento integral de nossa sociedade e para a construção de um futuro mais equitativo e inclusivo.

PROPOSTA

- Promover campanhas educativas que desmistificam a associação entre juventude e violência, destacando histórias de sucesso e promovendo a paz;
- Colaborar para a construção de políticas públicas que priorizem a prevenção da violência, em vez de focar apenas na repressão;
- Investir em programas sociais e na melhoria da infraestrutura urbana onde estão inseridos os jovens mais vulneráveis como elementos centrais para a prevenção da violência e o fortalecimento da segurança pública em relação à juventude estigmatizada;

- Estudar a implementação de mecanismos de comunicação para que os jovens possam avaliar e influenciar as políticas de segurança municipal e inclusão social das comunidades onde estão inseridos;
- Incentivar o desenvolvimento de campanhas de sensibilização que promovam a não violência, a igualdade racial e a inclusão social, envolvendo influenciadores e líderes comunitários;
- Colaborar para tornar público os projetos comunitários que promovam a inclusão social e a prevenção da violência, como cooperativas, projetos culturais e esportivos;
- Desenvolver programas de policiamento comunitário de caráter municipal que aproximem a guarda municipal das comunidades, fomentando relações de confiança e cooperação, incluindo a presença de agentes comunitários e o estabelecimento de diálogos regulares entre poder público e moradores;
- Garantir, por meio de políticas públicas, programas de capacitação contínua para guardas municipais, focando em direitos humanos, técnicas de mediação de conflitos e abordagens não violentas, especialmente em comunidades vulneráveis;
- Acompanhar, produzir e manter atualizado indicadores sobre a execução das medidas socioeducativas (LA, PSC e LA + PSC) aplicadas aos jovens em conflito com a lei;
- Fortalecer e qualificar a articulação com o serviço de internação para cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado (Fundação Casa), para garantir aos jovens em contexto de privação de liberdade o acesso aos serviços da rede municipal;
- Estruturar e implementar serviço de acompanhamento de adolescentes e jovens pós medida, ou seja, egressos do sistema socioeducativo, que cumpriram medida de internação provisório ou medida de internação, até dois anos após sua saída.

MONITORAMENTO DO PLANO

O monitoramento do Plano da Juventude de Sorocaba será feito anualmente para garantir que as ações planejadas estejam sendo executadas e trazendo os resultados esperados.

Um grupo formado por representantes do governo, do Conselho do Jovem e da Coordenadoria da Criança e Adolescente se reunirá, anualmente, para acompanhar o progresso do plano e emitir um parecer, com o objetivo de verificar se as metas estão sendo atingidas e se há necessidade de ajustes.

Serão coletados dados e informações para analisar o impacto das ações. Os relatórios serão preparados a cada ano e compartilhados com a comunidade para garantir que todos possam acompanhar o andamento do plano.

Além disso, poderão ser realizadas consultas com os jovens e outros envolvidos para entender melhor como as ações estão funcionando e, se necessário, fazer mudanças no plano.

O Plano da Juventude será de quadriênio, ou seja, a cada quatro anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANET. Só uma em cada 10 escolas públicas têm internet com 1 Mbps por aluno. 12 out. 2023. Disponível em: . Acesso em: 25 Mai. 2024
- ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024. Disponível em: . Acesso em: 30 Mai. 2024
- ATLAS DA JUVENTUDE. Evidências para a transformação da juventude, 2021. Disponível em: . Acesso em: 21 Mai. 2022.
- BRASIL. Atlas da Violência 2017. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2017. Disponível em: . Acesso em: 20 Jun. 2024
- BRASIL. Atlas da Violência 2023. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, 2023. Disponível em: . Acesso em: 14 Jun. 2024.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: . Acesso em: 01 Jun. 2024
- BRASIL. Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 ago. 2013. Disponível em: . Acesso em: 27 Mai. 2024.
- BRASIL. MEC e INEP divulgam resultados do Censo Escolar 2023. Inep. 12 out. 2023. Disponível em: . Acesso em: 05 Jun 2024.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. Observatório do Cadastro Único. Disponível em: . Acesso em: 27 Jun. 2024.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). Levantamento Anual SINASE 2016. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: . Acesso em: 13 Mai. 2024
- BRASIL. País tem quase 40% da população em municípios sem salas de cinema. Agência de Notícias do IBGE. 12 out. 2023. Disponível em: . Acesso em: 27 Jun. 2024.

- BRASIL. Pesquisa do IBGE mostra aumento da obesidade entre adultos. 30 out. 2020. Disponível em: . Acesso em: 14 Jun. 2024
- BRASIL. Seis em cada dez estudantes haviam experimentado bebida alcoólica na pré-pandemia. Agência de Notícias do IBGE. 12 out. 2023. Disponível em: . Acesso em: 24 Jun. 2024
- BRASIL. Um em cada cinco brasileiros com 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupado em 2022. Agência de Notícias do IBGE. 12 out. 2023. Disponível em: . Acesso em: 15 Mai. 2024.
- CARRANO, P. C. (org.). Pesquisa Juventudes no Brasil. São Paulo: Fundação SM, 2021. Disponível em: <https://oji.fundacion-sm.org/pt-br/noticias-pt-br/pesquisa-juventudes-no-brasil-2021-um-retrato-das-multiplas-juventudes-existentis-no-brasil/>. Acesso em: 03 Jun. 2024.
- FALCÃO, Beatriz. Sorocaba tem 100 pontos de internet livre. 12 out. 2023. Sorocaba, Jornal Cruzeiro do Sul. Disponível em: . Acesso em: 26 Mai 2024.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Atlas da Violência 2017. Brasília: IPEA; FBSP, 2017. Disponível em: . Acesso em: 27 Jun. 2024.
- FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020. Brasília, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 28 Jun. 2024
- GOMES, Helton Simões. Pela 1ª vez, acesso à internet chega a 50% das casas no Brasil. Rio de Janeiro: O Globo, 15 set. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/09/pela-1-vez-acessointernet-chega-50-das-casas-no-brasil-diz-pesquisa.html>. Acesso em: 15 Jun. 2024
- IBGE. Falta de tempo e de interesse são os principais motivos para não se praticar esportes no Brasil. 4 abr. 2013. Disponível em: . Acesso em: 20 Mai. 2024
- IBGE. Informações atualizadas sobre o Censo 2020. 12 out. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22640-censo-2020.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: 17 Jun. 2024
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019. IBGE. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173->

pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=destaques.
Acesso em: 18 Jun 2024.

- IBGE. Informações atualizadas sobre tecnologias da informação e comunicação. 2023. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21581-informacoes-atualizadas-sobre-tecnologias-da-informacao-e-comunicacao.html>. Acesso em: 18 Jun. 2024
- INEP/MEC. Censo Escolar 2019. Brasília: INEP/MEC, 2020. Disponível em: . Acesso em: 24 Jun. 2024
- INSTITUTO AYRTON SENNA. Pesquisa: 70% dos estudantes relatam sintomas de depressão e ansiedade. 2023. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/en/?release=pesquisa-70-dos-estudantes-relatam-sintomas-de-depressao-e-ansiedade>. Acesso em: 14 Jun. 2024
- MENDES, M. Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil: 2019. IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: 13 Jun. 2024.
- ONSV (Observatório Nacional Segurança Viário). Mil mortes a mais desta vez. 03 mai. 2023. Disponível em: <https://www.onsv.org.br/comunicacao/artigos/mil-mortes-a-mais-desta-vez>. Acesso em: 22 Mai. 2022
- OPAS (Organização Pan- Americana de Saúde). Segurança no trânsito. 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/seguranca-no-transito>. Acesso em: 25 Mai. 2024
- ONU (Organização das Nações Unidas). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nova York: ONU, 1948. Disponível em: http://www.onu.org.br/img/2019/11/declaracao_universal_dos_direitos_humanos.pdf. Acesso em: 13 Mai. 2024
- PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022. Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2022. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/publications/relatorio-de-desenvolvimento-humano-2021-2022>. Acesso em: 20 Jun. 2024.
- SÃO PAULO (Estado). Ranking PMVA Ciclo 2022/2023. 2023. Disponível em: https://semil.sp.gov.br/verdeazuldigital/wp-content/uploads/sites/3/2023/12/Ranking-PMVA-Ciclo-2022.2023-Site-Retificado_v2.pdf. Acesso em: 25 Mai. 2024
- SOROCABA (SP). Lei Ordinária nº 12.490, de 2022. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Jovem (COMJOV) e dá outras providências. 2022. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/lei-ordinaria/2022/1249/12490/lei-ordinaria-n-12490-2022-dispoe-sobre-a-criacao-do-conselho-municipal-do-jovem-comjov-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 18 mai. 2024

- SOROCABA (SP). Prefeitura Municipal. Secretaria da Cidadania. Divisão de Vigilância Socioassistencial. Dados socioassistenciais de 2024. Sorocaba: Secretaria da Cidadania, 2024. Disponível em: <http://vigilanciasocial.com.br>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- UNESCO. Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: . Acesso em: 31 Mai. 2024
- UNICEF. Situação da Infância no Brasil 2020. Brasília: UNICEF, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/reports/situacao-da-infancia-no-brasil>. Acesso em: 14 Jun. 2024